

**Considerando a expressividade e violência crescente de movimentos racistas e xenófobos na Europa e em Portugal, que medidas propõem para tornar o combate ao racismo mais eficaz, nomeadamente quanto à erradicação destes movimentos, quanto a uma efetiva aplicação de sanções e quanto à adoção de medidas de proteção e apoio às vítimas?**

Para fazer face ao racismo e xenofobia no plano nacional propomos a criminalização do racismo, devendo este passar a ser um crime independente e não apenas uma agravante, e retirá-lo da contra-ordenação e das sanções que pouco ou nada inibem quem o pratica. Defendemos a criação e adequação de políticas públicas que promovam políticas inclusivas, a não-segregação e uma maior justiça social, baseadas num conhecimento real da população e das suas necessidades, e medidas específicas de luta contra a exclusão e a invisibilização de segmentos da população.

É importante alterar a lei da nacionalidade de modo a que qualquer cidadão nascido em território português tenha a nacionalidade portuguesa de forma imediata e definitiva.

Consideramos também importante o reforço técnico e financeiro às organizações anti-racistas de modo a que possam dar respostas e acompanhamento direto às vítimas, assim como um reforço institucional na celeridade das queixas de racismo. Outra medida que consideramos necessária é a formação antirracista aos funcionários públicos, nomeadamente às forças policiais como forma de combate às violências racistas e ao racismo institucional.

A nível europeu, defendemos a proibição dos partidos e organizações racistas, xenófobas e fascistas, que colocam em causa os alicerces da constituição da União Europeia e ameaçam as democracias europeias.

A par disto, consideramos imperativo o combate ao racismo estrutural, através da educação e do ensino da história que não perpetue os estigmas e não continue a enfatizar a mitologia colonial não reconhecendo as violências perpetradas sobre outros povos e culturas. Lutamos contra a elitização e a homogeneização das instituições da UE, assim como a favor do apoio à formação de organizações locais e confederações nacionais e europeias, reforçando o combate à discriminação no acesso ao mercado de trabalho e aos serviços públicos.

Outro elemento fundamental no combate ao racismo e à xenofobia tanto a nível nacional como a nível europeu é o combate a todas as formas de desigualdade, e em especial às desigualdades sociais e económicas e ainda, o fomento da participação política das comunidades habitualmente excluídas ou marginalizadas nos processos políticos.

**Que medidas propõem para alterar o atual enquadramento jurídico, no sentido de prevenir e punir o racismo de forma mais eficaz?**

O LIVRE propõe combater o racismo estrutural e a xenofobia, criminalizando comportamentos e práticas racistas, através das alterações necessárias à Lei n.º 93/2017 e ao Código Penal, que proíbe as discriminações com base em raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, punindo-as, atualmente, apenas como contraordenação, que pouco ou nada inibe quem as pratica; promovendo campanhas nacionais antirracistas.

**Que medidas propõem para prevenir e combater a discriminação racial no acesso ao mercado de trabalho?**

O LIVRE defende a punição de todas as formas de discriminação racial, inclusive no acesso ao trabalho.

**Que medidas propõem para promover a inclusão social de comunidades racializadas, em especial, das comunidades negras, ciganas e de imigrantes, nomeadamente no acesso a habitação condigna, tendo em conta que apenas 2% da habitação em Portugal corresponde a habitação social, valor mais baixo do que aquele que se verifica em muitos países da UE?**

O LIVRE propõe combater a segregação nas suas múltiplas dimensões, promovendo a atribuição de habitação pública de forma mais transversal e inclusiva; criando mecanismos mais eficazes de investigação de denúncias de discriminação no acesso a arrendamento; adotando medidas que contrariem a segregação nas escolas públicas com base no rendimento, grupo étnico-racial ou outros eixos de exclusão e discriminação ; implementando o Programa Cidade Sem Periferias para garantir condições de habitação, transportes, espaço público, serviços e escolas para todos.

**Que papel entendem que Portugal deve assumir no âmbito da proteção dos direitos fundamentais das pessoas que procuram o espaço europeu, com o objetivo de requererem o estatuto de asilo ou de residência?**

O LIVRE defende que se deve responder às crises humanitárias geradas tanto por conflitos armados como pelo impacto das alterações climáticas, acabando com a Europa Fortaleza e efetivando um programa europeu digno de instalação e integração de refugiados com partilha de responsabilidades entre todos os países. É ainda importante relançar a Abordagem Global para a Migração e Mobilidade para aprofundar a cooperação com países terceiros e reforçar a proteção dos migrantes; relançando a Política Europeia de Vizinhança, em particular a União para o Mediterrâneo, para fomentar a transformação económica inclusiva e sustentável em todos os países. Preocupamo-nos com a humanização do sistema europeu comum de asilo. Apoiamos a reunificação das famílias; criando uma Operação Europeia de Busca e Salvamento para salvar as pessoas no mar e descriminalizando a solidariedade para com os migrantes; defendendo a livre circulação em toda a Europa e em todo o Mundo; criando um Passaporte Humanitário Internacional.

**Tendo em conta que a situação irregular de cidadãos e cidadãs estrangeiras em Portugal impossibilita-lhes o acesso a vários serviços e bens essenciais (como a saúde, educação, serviços sociais e outros) e ao mercado de trabalho, colocando os/as imigrantes em situação vulnerável, sobretudo perante redes de tráfico e exploração laboral, que medidas propõem para a regularização efetiva de estrangeiras/os indocumentadas/os?**

O LIVRE propõe alterar a lei da nacionalidade de modo a que qualquer pessoa que nasça ou tenha nascido em território português tenha a nacionalidade portuguesa de forma imediata e definitiva.

**Que medidas propõem para permitir e promover a participação política de imigrantes em Portugal?**

O LIVRE propõe alargar, facilitar e fomentar o voto, permitindo o voto a partir dos 16 anos; permitindo o voto em referendo de pessoas emigradas fora de Portugal (incluindo as com dupla nacionalidade), a participação política e o voto dos imigrantes em Portugal. Defendemos

que se deve possibilitar à diáspora a votação por correspondência nas eleições europeias, presidenciais e dos conselheiros no Conselho das Comunidades Portuguesas; melhorando as condições da votação por correspondência, de modo a garantir mínimos exigíveis de acesso, segurança e confidencialidade. É necessário o investimento no desenvolvimento e experimentação de sistemas de voto eletrónico não presencial, particularmente nos círculos eleitorais da emigração; alargando as possibilidades de voto em mobilidade e antecipado para todos os eleitores; garantindo condições de acessibilidade de informação, física e adaptadas a todos os cidadãos, incluindo aqueles que se encontrem impedidos de deslocação por motivos de saúde ou legais; permitindo a escolha entre o círculo de emigração ou o círculo de origem para residentes no estrangeiro. É necessário fazer uma atualização dos cadernos eleitorais, retirando os eleitores fantasma, para que as eleições melhor reflitam a realidade democrática do país e das regiões; garantindo o recenseamento automático atualizado nos círculos eleitorais da emigração.

O LIVRE defende que se deve fomentar a participação política e representatividade de grupos habitualmente excluídos ou marginalizados nos processos de decisão política, através de campanhas de sensibilização e de medidas de incentivo à sua participação, enquanto candidatos ou eleitores em eleições e no acompanhamento das políticas que os afetam ao nível local, nacional e europeu; garantindo a auscultação obrigatória de representantes de grupos tradicionalmente excluídos (incluindo, mas não se restringindo a coletivos antirracistas, feministas, LGBTQI+, de jovens e de pessoas com deficiência) nos processos decisórios que os afetam (discussão de projetos ou propostas de lei; acompanhamento e avaliação das políticas); apoiando iniciativas cidadãs que partam de coletivos ou de indivíduos pertencentes a grupos tradicionalmente excluídos dos processos de decisão política; criação de mecanismos de financiamento para que estas organizações desenvolvam respostas específicas no terreno, orientadas para objetivos de igualdade, inclusão e educação.

#### **Que medidas consideram úteis para combater o tráfico de pessoas?**

Defendemos o investimento na investigação e combate ao crime organizado que alimenta a prostituição, proxenetismo e tráfico humano; continuando a expansão da rede de casas-abrigo e de acolhimento de emergência e melhoria dos serviços especializados de apoio às vítimas acolhidas;

#### **Considerando os sucessivos casos de violência policial, perpetrados por elementos da PSP, GNR e SEF, que medidas consideram eficazes para prevenir a ocorrência de novos casos e para julgar e punir, de forma célere, quer judicial, quer disciplinarmente, os responsáveis?**

O LIVRE defende a instituição de formação obrigatória antirracista aos funcionários das instituições públicas, incluindo forças de segurança, serviços públicos e de saúde, aproveitando o conhecimento científico da psicologia e das ciências sociais de forma a prevenir comportamentos racistas, bem como combater o racismo estrutural e a xenofobia, criminalizando comportamentos e práticas racistas, através das alterações necessárias à Lei n.º 93/2017 e ao Código Penal, que proíbe as discriminações com base em raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, punindo-as, atualmente, apenas como contraordenação, que pouco ou nada inibe quem as pratica; promovendo campanhas nacionais antirracistas.

#### **Considerando os vários relatórios de entidades internacionais – tais como a ONU e o Conselho da Europa – que têm vindo a alertar para o aumento da violência policial e**

**para a infiltração de membros de organizações criminosas e de extrema-direita nas forças policiais, que medidas entendem úteis para prevenir, identificar e combater tais factos?**

Instituindo formação obrigatória antirracista aos funcionários das instituições públicas, incluindo forças de segurança.

**Qual é a vossa posição quanto ao Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação e que medidas propõem para a sua implementação?**

Somos a favor do plano, há muito que fazia falta uma posição do governo a reconhecer aquele que é um problema estrutural da sociedade portuguesa, e que tem de ser combatido ao mais alto nível. Mas não tem medidas de execução concretas a não ser a monotorização da sua execução. Para o LIVRE há medidas urgentes que devem ser tomadas para que o Plano possa ser cumprido, descolonização da cultura e dos materiais educativos é uma delas. Contextualizando a história de Portugal nos museus, nas exposições e materiais didáticos. é estimulada a visão crítica sobre o passado escravagista de Portugal, o passado colonial e de violências perpetradas sobre outros povos e culturas e reconhecido o seu legado e influência na sociedade atual.

**Que medidas propõem para combater os fenómenos de discriminação de género, que colocam as mulheres de comunidades racializadas e grupos minoritários em situação de maior vulnerabilidade?**

No nosso programa para as Legislativas de 2022 propomos várias medidas para combater a violência de género, a violência doméstica e no namoro, reforçando conteúdos educativos sobre a igualdade de género, direitos sexuais e reprodutivos no currículo escolar. Propomos reforçar o apoio às organizações não governamentais que trabalham na prevenção da violência e/ou apoio a vítimas de violência doméstica, sexual, tráfico humano ou prostituição; tornando obrigatória a formação das forças de segurança, profissionais de saúde, das escolas, da segurança social e outros para prevenção, identificação e atuação em situações de perigo. Pretendemos que se reforce as campanhas de sensibilização contra a violência no namoro, violência doméstica, mutilação genital feminina e assédio moral e sexual. Defendemos o alargamento do prazo de denúncia para vítimas de crimes sexuais de seis meses para dois anos; implementando uma rede de serviços de apoio a vítimas e sobreviventes de violência que siga os padrões internacionais (Conselho da Europa, Nações Unidas) no que respeita à disponibilidade, modelos de intervenção e qualidade dos serviços; isentando de taxas jurídicas as pessoas com estatuto de vítima e prestando-lhes apoio e formação sobre as medidas de proteção a que podem recorrer; estabelecendo em meio hospitalar normas-padrão para assistência a vítimas de violência física e sexual. Consideramos essencial tornar obrigatória a formação para juízes, procuradores e advogados sobre as atualizações das convenções internacionais dos direitos das mulheres; promovendo a coordenação dos tribunais de família e criminal para proteção rápida das vítimas e recurso imediato a ordens de proteção para vítimas e sua família próxima; implementando medidas de reeducação de agressores; tornando obrigatória, nos serviços e estruturas do Estado, a adoção de boas práticas de prevenção e combate ao assédio no local de trabalho alinhadas com as recomendações da CITE-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego — e criando incentivos à adoção de orientações semelhantes nas empresas privadas.

Considerando que, para além das próprias recomendações do Grupo Trabalho Census 2021, já há vários anos que relatórios de entidades internacionais – tais como a ONU e ECRI -e têm vindo a alertar para a necessidade de recolha de dados étnico-raciais que permitem um diagnóstico transversal da dimensão das discriminações e contribuem para alavancar a elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades com fator racial, está o vosso partido disponível para concretizar estas recomendações?

O LIVRE defende que se deve conhecer a população e atuar sobre as suas necessidades, nomeadamente, através da promoção de investigação científica que recolha dados sobre as suas identidades étnicas e raciais, que permitam a adequação das políticas públicas e a adoção de medidas específicas de correção de desigualdades e de combate à discriminação, segregação e invisibilização de segmentos da população.

Que outras questões são abordadas no vosso programa, não contempladas nas anteriores, no âmbito da imigração, promoção da igualdade, inclusão social, diálogo intercultural e combate à discriminação?

No nosso programa para as Legislativas 2022 defendemos, ainda, o aprofundar da cooperação entre os países de língua oficial portuguesa e no espaço Ibero-Americano, fortalecendo o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como espaço de livre circulação e intercâmbio social, económico e cultural. Pretendemos que se facilite a portabilidade de direitos entre os vários países-membros e concedendo direitos civis e políticos às suas cidadãs e cidadãos que residirem em Portugal e assim o requererem; criando uma Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre todos os Estados-Membros da CPLP. O objetivo é, assim, reforçar a luta pelos direitos humanos em todos os países da CPLP, incluindo a oposição à pena de morte na Guiné Equatorial e o combate a todas as formas de discriminação e aos crimes ambientais; aprofundando a cooperação, intercâmbio e reconhecimento entre universidades; criando redes de cidadãos entre os vários países e o mundo, incluindo as várias diásporas.